



PLANO DIRETOR DE AREIA

Relatório da 1^a Etapa

Metodologia, Comunicação e Mobilização Social

Metodologia, Comunicação e Mobilização Social

Etapa 01

Julho/ 2025

Ficha Técnica

Prefeitura Municipal de Areia

Sílvia César Farias da Cunha Lima
Prefeita

Luiz Francisco dos Santos Neto
Vice-prefeito

Fabianna Perazzo de Melo Cabral
Secretaria de Infraestrutura

Valmira Santos Perazzo
Secretaria de Assistência Social

Alcides Pereira de Melo Filho
Secretaria de Administração e Finanças

Rinaldo Bandeira da Silva Costa
Secretaria de Cultura e Turismo

Nielson Sandro Vasconcelos
Secretaria de Educação

Erivaldo Guedes da Silva
Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Fábio Cardan
Secretaria de Esportes

Everson Danilo Vasconcelos Santos
Secretaria de Saúde

Neyton Oséas Ribeiro
Secretaria de Transportes

Elysson de Souza Cruz
Secretaria de Meio Ambiente

Laboratório de Rua - Equipe Técnica

Allyson Barbosa
Coordenação
Arquiteto e Urbanista

Robson Porto
Coordenação
Arquiteto e Urbanista

Jobson Brunno
Arquiteto e Urbanista

Ana Carolina Nunes
Arquiteta e Urbanista

Júlia Luckwü
Arquiteta e Urbanista

Ingrid Moura
Advogada

Kiuslânia Jordão
Engenheira Ambiental

Victor Soares
Designer Gráfico

Sumário

Sumário	2
Introdução	5
Justificativa	6
Objetivo Geral	10
Objetivos Específicos	10
Metodologia	11
Etapa 01 Mobilização e Metodologia:	12
Etapa 02 Diagnóstico – Leitura Técnica e Comunitária:	12
Etapa 03 Propostas – Políticas Urbanas e Ordenamento Territorial:	12
Etapa 04 Propostas – Instrumentos e Parâmetros Urbanísticos:	12
Etapa 05 Elaboração da Minuta de Lei.	13
Organograma de atividades	13
Estratégias de comunicação e engajamento social	15
Identidade Visual	17
Estratégias de participação, mobilização e sensibilização	22
Instrumentos de Participação Geral	22
Instrumentos de Participação Específicos*	23
Outros instrumentos de Participação Específicos (facultativos)	23
Sujeitos e Agentes da Participação	24
Divulgação, transparência e engajamento social	25
Canais Digitais e Institucionais	25
Divulgação Comunitária e Impressa	26
Ações Facilitadoras da Participação	26
Controle Social e Gestão Participativa	26
Metodologia dos Instrumentos de Participação Geral	28
Audiências Públicas	28
Núcleo Gestor	29
Relatos das atividades realizadas na 1ª etapa	31
Etapa Prévia	31
Reuniões técnicas de alinhamento	33
Conversas de Rua	38
Capacitação do Núcleo Gestor	42

1º momento: Apresentação e Introdução ao Plano Diretor	42
2º momento: Apresentação e Dinâmica de Integração	43
3º momento: Finalização e Encaminhamentos	46
1ª Audiência Pública	48
Identidade e site	51

Introdução

O presente documento refere-se ao **Produto 1 – Metodologia, Plano de Comunicação e Mobilização Social** para a elaboração do Plano Diretor Municipal de Areia – PB, elaborado no âmbito do Processo de Inexigibilidade nº IN00022/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 250508IN00022 e ao Contrato nº 00124/2025-SDC, firmado em 30 de maio de 2025 entre a Prefeitura Municipal de Areia e a Associação sem fins lucrativos Laboratório de Rua – LabRua.

O Plano Diretor é uma lei municipal que estabelece diretrizes e prioridades para o desenvolvimento urbano e territorial do município. Seu objetivo é orientar o uso e a ocupação do solo, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, promovendo a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população. Este instrumento está fundamentado nos princípios do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e da Constituição Federal de 1988.

A elaboração do Plano Diretor Municipal deve ocorrer de forma democrática e participativa, assegurando o envolvimento dos órgãos públicos e da sociedade civil. Trata-se de um processo construído por meio de escuta ativa, diálogo e colaboração, que culmina na formulação de uma proposta técnica e na redação do Projeto de Lei, considerando as especificidades, demandas e características dos territórios urbanos e rurais do município.

Neste contexto, o Plano de Comunicação e Mobilização Social tem como função definir as estratégias de comunicação, os canais e os critérios que serão adotados pela Prefeitura Municipal de Areia para promover a mobilização e o diálogo com a população e os diferentes segmentos sociais. Seu propósito

é garantir que haja circulação de informações, escuta qualificada e incentivo à participação social ao longo de todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor, fortalecendo, assim, a construção coletiva deste instrumento.

Justificativa

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) estabelece que a elaboração e revisão do Plano Diretor Municipal devem, obrigatoriamente, garantir a participação popular, sendo condição indispensável para sua validade. No Capítulo IV, que trata da gestão democrática da cidade, os artigos 43, 44 e 45 definem os instrumentos necessários para assegurar essa participação, como a realização de audiências públicas, debates, consultas, conferências e a atuação de órgãos colegiados de política urbana, além da iniciativa popular para proposição de projetos de lei:

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

- I – Órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- II – Debates, audiências e consultas públicas;
- III – Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- IV – Iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o

controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania. (BRASIL, 2001)

Com o objetivo de regulamentar e operacionalizar esse princípio, o Conselho das Cidades, por meio da Resolução nº 25/2005, estabelece que o processo de elaboração, implementação e execução do Plano Diretor deve ser conduzido de forma efetivamente participativa, com a coordenação compartilhada entre o poder público e a sociedade civil em todas as etapas. A Resolução orienta que a organização do processo participativo deve assegurar a diversidade dos atores sociais, com a realização de debates por segmentos, temas e divisões territoriais, bem como a alternância dos locais de discussão:

Art. 3º O processo de elaboração, implementação e execução do Plano diretor deve ser participativo, nos termos do art. 40, § 4º e do art. 43 do Estatuto da Cidade

§1º A coordenação do processo participativo de elaboração do Plano Diretor deve ser compartilhada, por meio da efetiva participação de poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo, desde a elaboração até a definição dos mecanismos para a tomada de decisões.

Art.5º A organização do processo participativo deverá garantir a diversidade, nos seguintes termos:

I – realização dos debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, tais como bairros, distritos, setores entre outros;

II – garantia da alternância dos locais de discussão (Conselho das Cidades, 2005)

No que se refere à publicidade e comunicação, são exigidos ampla divulgação, linguagem acessível e utilização dos meios de comunicação disponíveis, com antecedência mínima de 15 dias para divulgação do cronograma, locais de reuniões e apresentação dos estudos. Também é obrigatória a publicação dos resultados das etapas, garantindo transparência e acesso às informações.

Art. 4º No processo participativo de elaboração do Plano Diretor, a publicidade, determinada pelo inciso II do § 4º do art. 40 do Estatuto da Cidade, deverá conter os seguintes

requisitos:

- I – Ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa disponíveis;
- II – Ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor com antecedência de no mínimo 15 dias;
- III – Publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo; (Conselho das Cidades, 2005)

As audiências públicas, instrumento central nesse processo, devem ser convocadas por edital, amplamente divulgadas, ocorrer em locais e horários acessíveis e assegurar a participação de todos os cidadãos, sem exigência de comprovação de residência. As audiências devem ser registradas por meio de atas e gravações, compondo o memorial do processo, inclusive durante sua tramitação legislativa.

Art.5º A organização do processo participativo deverá garantir a diversidade, nos seguintes termos:

- I – Realização dos debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, tais como bairros, distritos, setores entre outros;
- II – Garantia da alternância dos locais de discussão.

Art.6º O processo participativo de elaboração do plano diretor deve ser articulado e integrado ao processo participativo de elaboração do orçamento, bem como levar em conta as proposições oriundas de processos democráticos tais como conferências, congressos da cidade, fóruns e conselhos.

Art. 7º No processo participativo de elaboração do Plano Diretor a promoção das ações de sensibilização, mobilização e capacitação, devem ser voltadas, preferencialmente, para as lideranças comunitárias, movimentos sociais, profissionais especializados, entre outros atores sociais. (Conselho das Cidades, 2005)

Art. 8º As audiências públicas determinadas pelo art. 40, § 4º, inciso I, do Estatuto da Cidade, no processo de elaboração de plano diretor, têm por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor

Participativo, e deve atender aos seguintes requisitos:

- I – Ser convocada por edital, anunciada pela imprensa local ou, na sua falta, utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local;
- II – Ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- III – Serem dirigidas pelo Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;
- IV – Garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença;
- V – Serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa. (Conselho das Cidades, 2005)

Por fim, a proposta final do Plano Diretor, construída coletivamente, deve ser aprovada em conferência ou evento similar, precedido de reuniões preparatórias para escolha de representantes. A proposta deve ser distribuída com antecedência mínima de 15 dias, e o registro das deliberações e eventuais emendas deve ser devidamente publicado. A proposta final, construída a muitas mãos durante todas as fases do processo, deverá ser aprovada pela sociedade, antes de ser encaminhada à Câmara Municipal.

Art.10. A proposta do plano diretor a ser submetida à Câmara Municipal deve ser aprovada em uma conferência ou evento similar, que deve atender aos seguintes requisitos:

- I – Realização prévia de reuniões e/ou plenárias para escolha de representantes de diversos segmentos da sociedade e das divisões territoriais;
- II – Divulgação e distribuição da proposta do Plano Diretor para os delegados eleitos com antecedência de 15 dias da votação da proposta;
- III – Registro das emendas apresentadas nos anais da conferência;
- IV – Publicação e divulgação dos anais da conferência (Conselho das Cidades, 2005)

Neste contexto, torna-se imprescindível que a equipe técnica da consultoria, em articulação com a gestão municipal de Areia, desenvolva e implemente

estratégias de comunicação e mobilização social, capazes de assegurar a participação efetiva da população. Considerando a diversidade e heterogeneidade do território municipal, é necessário um olhar atento às condições de participação dos diferentes bairros e regiões, adequando os canais de comunicação, os formatos dos encontros e os meios de acesso, de modo a garantir o efetivo exercício da cidadania no processo do Plano Diretor.

Objetivo Geral

O Plano de Comunicação e Mobilização Social tem como objetivo central estruturar e detalhar as estratégias de divulgação, sensibilização e engajamento social, de modo a alcançar a população dos diferentes territórios do município e estimular a participação dos diversos segmentos da sociedade civil em todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor de Guarabira.

Trata-se de um instrumento essencial para assegurar que este processo ocorra de forma amplamente democrática, participativa e representativa, alinhado aos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade e pela Resolução nº 25/2005 do Conselho das Cidades.

Objetivos Específicos

O Plano de Comunicação e Mobilização Social tem como objetivos específicos:

1. Promover a mobilização e o engajamento de todos os segmentos sociais, estimulando o sentimento de corresponsabilidade da população na construção, acompanhamento e implementação do Plano Diretor, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.
2. Sensibilizar a sociedade sobre a importância do planejamento territorial participativo, destacando seus benefícios para a melhoria da qualidade

de vida, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da gestão coletiva da cidade.

3. Garantir espaços de escuta, debate e diálogo, de forma a identificar os problemas, potencialidades, expectativas e demandas locais, integrando os saberes populares às informações e análises técnicas.
4. Assegurar a democratização da informação, por meio da divulgação clara, acessível e ampla dos objetivos, etapas, metodologias, canais de participação e dos eventos públicos que integram o processo.
5. Utilizar ferramentas de comunicação inclusivas, que alcancem todos os públicos, considerando suas especificidades culturais, territoriais, etárias, de classe, gênero e raça, com possibilidade de adequação das estratégias sempre que necessário.
6. Fortalecer os vínculos com conselhos municipais e demais instâncias de participação popular existentes, articulando parcerias que contribuam para a mobilização social e o desenvolvimento do município.
7. Estimular gestores, técnicas e técnicos da administração municipal a adotarem práticas permanentes de mobilização, escuta e diálogo com a sociedade, consolidando uma cultura de participação para além do processo de revisão do Plano Diretor.

Metodologia

A metodologia de trabalho segue as recomendações e normatizações estabelecidas pelo documento “Plano Diretor Participativo: Guia para Elaboração pelos Municípios e Cidadãos” desenvolvido pelo Ministério das Cidades. Com duração de 14 meses (1 ano e 2 meses), o processo de elaboração do Plano Diretor de Areia será constituída por 5 etapas, conforme apresentado a seguir:

Etapa 01 | Mobilização e Metodologia:

Será realizada a sensibilização e mobilização dos diversos segmentos da sociedade, dos atores-chave e dos setores envolvidos, além da estruturação da coordenação, organização e definição da metodologia do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo. A etapa terá início com a formação do Núcleo Gestor, um grupo composto por representantes do poder público e da sociedade civil. Além disso, será desenvolvido um Plano de Trabalho pela equipe técnica.

Etapa 02 | Diagnóstico – Leitura Técnica e Comunitária:

Estudo da dinâmica econômica, social, ambiental e cultural da cidade e de onde ela se insere, a partir da reflexão sobre a situação atual do território, por meio da elaboração de uma leitura da realidade municipal, identificação e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, do ponto de vista dos diversos segmentos sociais, a qual se constitui leituras técnicas e comunitárias.

Etapa 03 | Propostas – Políticas Urbanas e Ordenamento Territorial:

A partir da leitura participativa realizada na etapa anterior, e com metodologia de participação definida na etapa preparatória, deverão ser realizadas oficinas que auxiliarão no desenvolvimento de diretrizes das políticas urbanas e do ordenamento territorial. A partir de então, será definido como e onde atuar, compatibilizando as soluções para que sejam eficazes.

Etapa 04 | Propostas – Instrumentos e Parâmetros Urbanísticos:

Serão definidos os parâmetros para o ordenamento territorial, com a definição dos instrumentos urbanísticos que compatibilizam tais soluções, bem como a definição das zonas e seus índices urbanísticos. Também deverá ser

considerada a possibilidade do Município adotar e regulamentar, a partir de Leis Municipais específicas, os instrumentos disponíveis no Estatuto da Cidade.

Etapa 05 | Elaboração da Minuta de Lei.

Nesta etapa será elaborada a minuta do projeto de Lei para ser encaminhada à Câmara Municipal, e que deverá contemplar, no mínimo, os seguintes tópicos:

1. Disposições Iniciais;
2. Políticas Urbanas Setoriais;
3. Ordenamento Territorial;
4. Instrumentos Urbanísticos;
5. Gestão Democrática e Participativa; e
6. Disposições Finais Transitórias.

Imagen 01. Cronograma de etapas do processo de elaboração do Plano Diretor.



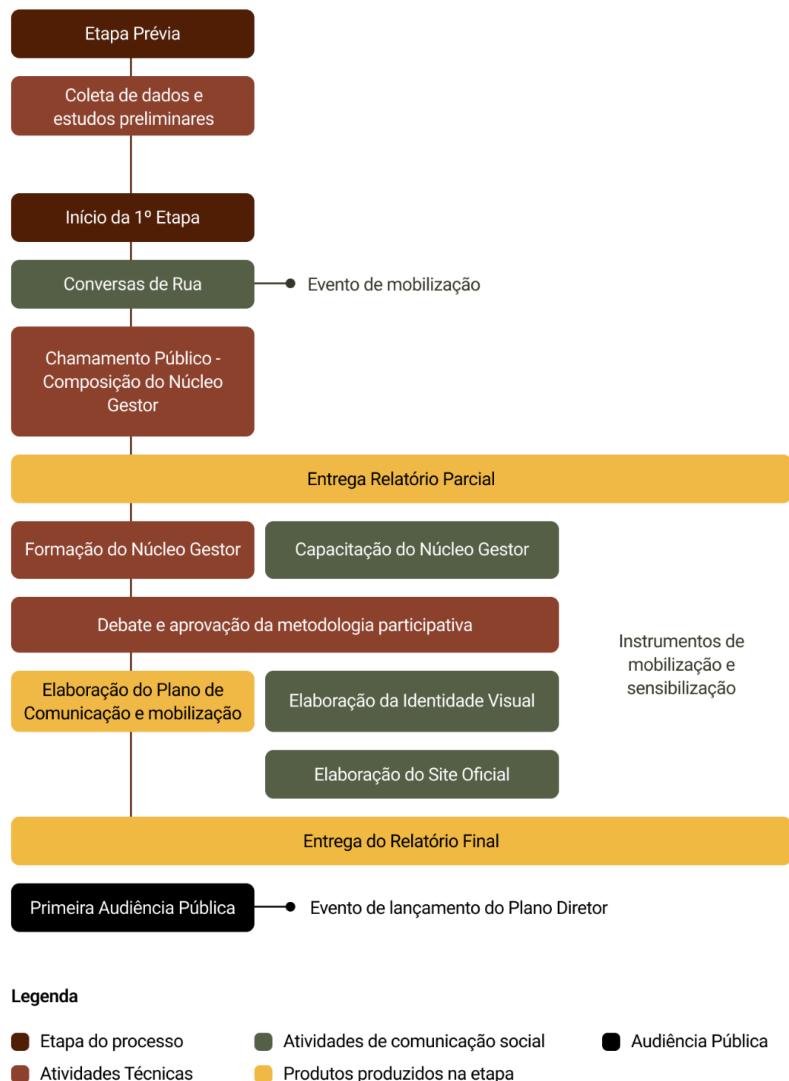
Fonte: LabRua (2025).

Organograma de atividades

O organograma de atividades da 1ª etapa do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Areia contempla as ações iniciais voltadas à estruturação metodológica, mobilização e sensibilização social. Esta etapa é fundamental para garantir a organização do processo, a definição dos instrumentos de participação e comunicação, bem como a realização das primeiras atividades

de levantamento de informações, oficinas, reuniões técnicas e ações de sensibilização junto à sociedade. Todas as atividades foram planejadas de forma a assegurar o cumprimento dos prazos e a efetiva participação dos diversos segmentos sociais do município. A seguir, apresenta-se o organograma detalhado da 1ª etapa do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Areia. As atividades foram organizadas de forma a garantir a execução dos trabalhos técnicos e a mobilização social.

Imagen 02. Organograma da 1ª etapa do processo de elaboração do Plano Diretor.



Fonte: LabRua (2025).

Estratégias de comunicação e engajamento social

A Comunicação no processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Areia é um dos pilares para assegurar que este seja, de fato, um instrumento construído de forma democrática, participativa e transparente. Tal comunicação não se restringe à divulgação de informações, mas constitui uma estratégia para mobilizar, sensibilizar e engajar a sociedade, garantindo que todos os segmentos sociais tenham acesso às informações, compreendam as etapas do processo e possam exercer seu direito à participação qualificada nas decisões que impactam o presente e o futuro do município.

Ao promover o diálogo entre o poder público, a equipe técnica e a sociedade civil, a comunicação fortalece os vínculos de confiança, amplia a circulação de informações e cria as condições necessárias para uma participação efetiva e representativa. Nesse sentido, o **Plano de Comunicação e Mobilização Social** se estabelece, ainda na 1^a etapa, como um instrumento estruturante, capaz de orientar as ações de sensibilização, divulgação e escuta ativa ao longo de todo o processo, assegurando que as especificidades dos territórios urbanos e rurais sejam consideradas e que os diversos atores sociais possam contribuir de maneira efetiva.

Garantir uma comunicação acessível, inclusiva, transparente e contínua é condição indispensável para que o processo de elaboração do Plano Diretor reflita, de fato, os anseios, necessidades e expectativas da população de Areia, fortalecendo a corresponsabilidade social na construção de uma cidade mais justa, sustentável e democrática.

São alguns objetivos da comunicação:

1. Garantir a transparência do processo, promovendo o acesso

amplo e contínuo às informações sobre as etapas, os objetivos, os prazos e os resultados do Plano Diretor.

2. Ampliar a participação social, estimulando o envolvimento da sociedade civil nas diversas etapas do processo.
3. Sensibilizar e mobilizar a sociedade, destacando a importância do Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento.
4. Assegurar uma comunicação acessível, inclusiva e democrática, que alcance todos os segmentos da população, considerando as diversidades territoriais, culturais, sociais, de gênero, raça e geração.
5. Fortalecer o diálogo entre a gestão pública, a equipe técnica e a sociedade civil, promovendo espaços de escuta ativa, troca de saberes e construção conjunta de propostas.
6. Divulgar de forma clara e contínua os eventos, oficinas, audiências, reuniões e demais atividades participativas, garantindo que a população esteja informada e possa se planejar para participar.
7. Apoiar a formação cidadã, contribuindo para que a população compreenda os conceitos, os instrumentos urbanísticos e a importância do planejamento territorial.
8. Consolidar uma cultura de participação e corresponsabilidade, estimulando o engajamento social não apenas durante o processo de elaboração do Plano Diretor, mas também em sua implementação, acompanhamento e futuras revisões.

Identidade Visual

No processo de elaboração do Plano Diretor de Areia, a construção de uma identidade visual é muito importante. Mais do que divulgar informações, essa identidade deve ser capaz de expressar a pluralidade dos territórios, das pessoas e das experiências que compõem a cidade. É fundamental que essa comunicação vá além das representações tradicionais e cristalizadas, frequentemente centradas nos pontos turísticos, na paisagem histórica e nos elementos de valor patrimonial que, embora importantes, não dão conta da totalidade do que é viver, produzir e pertencer a Areia.

A proposta, portanto, é construir uma narrativa que contemple também as “outras histórias” da cidade, aquelas que emergem dos bairros, das comunidades rurais, das práticas cotidianas, dos saberes populares, das lutas sociais e das memórias que muitas vezes são silenciadas ou invisibilizadas. Trata-se de adotar uma perspectiva contra-hegemônica, que não reproduza apenas os discursos oficiais ou turísticos, mas que se abra para uma leitura mais ampla, sensível e honesta do território e de seus sujeitos.

Essa identidade não deve, no entanto, ser concebida como ruptura, mas como ampliação de olhares e vozes, promovendo reconhecimento e pertencimento. Uma comunicação que aponte para os desafios da cidade, para as desigualdades, para os conflitos urbanos e rurais, mas também para as potências coletivas, para as práticas de solidariedade, para as expressões culturais, os saberes comunitários e a criatividade cotidiana.

O desafio está em produzir discursos e imagens que sejam ao mesmo tempo críticos e afetivos, capazes de dialogar diretamente com a população. A comunicação do processo de elaboração do Plano Diretor de Areia conta com

uma identidade visual própria, composta por logotipo, paleta de cores e tipografia, que assegura unidade e coerência em todos os materiais produzidos. Integram essa estratégia:

1. Materiais de identidade: logotipo, papel timbrado, crachás, banners, certificados e capas de relatórios, garantindo padronização visual.
2. Composições visuais: desenvolvimento de ilustrações, ícones e infográficos para facilitar a compreensão dos dados técnicos.
3. Apresentações: templates padronizados para apresentações institucionais e documentos.
4. Materiais de mobilização: peças gráficas para oficinas, redes sociais e divulgação, como cartazes, folders e cards digitais.
5. Mídias digitais: desenvolvimento e gestão do site do Plano Diretor e atualização do site do LabRua, além da produção de conteúdo para redes sociais (feed, stories e vídeos).
6. Registros: cobertura fotográfica e produção de vídeos dos eventos, oficinas, reuniões e audiências, tanto para documentação quanto para divulgação pública do processo.

Entendendo a importância do patrimônio edificado para construção da paisagem cultural do município de Areia, a concepção da identidade visual do projeto relacionou o casario histórico com o trabalho em cerâmica das loiceiras da Chã da Pia, artesãs cujo saber fazer é considerado patrimônio imaterial pelo IPHAN. Nesse sentido, as louças se apresentam como principal fonte de inspiração para o produto apresentado, que possui como assinatura a frase “Areia feita com as nossas mãos”, fazendo referência a esse trabalho manual.

O **logotipo** criado para o projeto faz referência aos casarões históricos de



Areia e é apresentado em variadas disposições e cores, de forma a possibilitar sua aplicação em diferentes formatos e produtos, desde apresentações à relatórios e outros produtos gráficos.

Imagen 03. Diferentes aplicações do logotipo do Plano Diretor de Areia.



Fonte: Soares (2025).

Já a **paleta de cores** desenvolvida é composta por diferentes tons de marrom, remetendo ao barro utilizado nas louças produzidas na comunidade rural Chã de Pia, além disso, tem-se a presença do verde e amarelo, uma referência às cores utilizadas pela prefeitura municipal.

Imagen 04. Paleta de cores Plano Diretor de Areia



Fonte: Soares (2025).

Para a **tipografia**, utilizou-se duas fontes, **Londrina Solid** e Archivo, ambas livres e gratuitas, com uma variedade de espessuras que possibilita a devida hierarquização de textos. A **Londrina Solid**, a ser aplicada em títulos e destaque, apresenta um traço mais livre remetendo a frase assinatura da identidade visual. Por outro lado, a Archivo, é uma fonte mais sóbria a ser empregada no corpo dos textos.

Londrina Solid

Areia feita com as nossas mãos.

Areia feita com as nossas mãos.

Areia feita com as nossas mãos.

Areia feita com as nossas mãos.

Archivo

Areia feita com as nossas mãos.

Areia feita com as nossas mãos.

Areia feita com as nossas mãos.

Areia feita com as nossas mãos.

A fim de compor as peças gráficas a serem desenvolvidas, também criou-se **grafismos** em 3D, os quais consistem em peças de cerâmica que representam algumas tipologias encontradas em Areia. Além disso, foram pensados alguns elementos em 2D, remetendo a traços livres, seguindo a ideia de “feito com as próprias mãos”.

Imagen 05. Grafismos 3D e 2D desenvolvidos para o Plano Diretor de Areia.



Fonte: Soares (2025).

Estratégias de participação, mobilização e sensibilização

Com o objetivo de assegurar uma construção democrática e participativa da cidade, todas as etapas do processo de elaboração do Plano Diretor de Areia serão acompanhadas por uma série de atividades presenciais, organizadas em horários e territórios estratégicos, de modo a facilitar e estimular a participação da população local. Ao longo dos 14 meses de trabalho, estão previstas a realização de oficinas nos bairros e nas comunidades rurais, além de audiências públicas em locais de fácil acesso, garantindo ampla escuta social.

A sociedade também poderá acompanhar, consultar documentos e enviar contribuições por meio do site oficial do Plano Diretor, desenvolvido exclusivamente para este processo, onde estarão disponíveis todas as informações, documentos, registros e a memória das atividades realizadas.

Além disso, o processo contará com o Núcleo Gestor, um espaço essencial de participação e controle social, composto por representantes da sociedade civil e do poder público. Este colegiado terá como principais atribuições acompanhar, avaliar e discutir o desenvolvimento das etapas, além de atuar na mobilização dos diversos setores da sociedade, fortalecendo o caráter democrático e coletivo da elaboração do Plano Diretor.

Instrumentos de Participação Geral

Audiências públicas: momentos formais de escuta, apresentação dos diagnósticos, propostas e validação coletiva das decisões.

Núcleo Gestor: instância paritária composta por representantes da sociedade civil e do poder público, responsável por acompanhar, avaliar e deliberar sobre

as etapas do processo, assegurando o controle social e a transparência.

Instrumentos de Participação Específicos*

Oficinas Comunitárias (Territoriais): espaços de escuta, diálogo e construção coletiva de propostas, onde a população debate os principais desafios, potencialidades e soluções para o município.

Oficinas Temáticas: Conversas e entrevistas com grupos focais, articulando alguns agentes específicos da cidade (lideranças comunitárias, IPHAN, ZEIS, Concidades/Outros conselhos, Quilombolas, Agentes de saúde; mulheres, crianças, estudantes, feirantes, entre outros);

Visita de campo: realização de visitas presenciais aos territórios por parte da Equipe Técnica, com o objetivo de conhecer a realidade local, observar características físicas e socioespaciais, identificar situações específicas relevantes para o trabalho e dialogar com representantes locais quando necessário.

Ações Urbanas: ativações no espaço público com intuito de difundir ideias, conceitos e atividades do processo de elaboração do Plano Diretor.

Consultas online: permitem a participação remota da população, ampliando o acesso de quem não pode participar presencialmente.

Outros instrumentos de Participação Específicos (facultativos)

Oficinas setoriais: oficinas desenvolvidas pelas secretarias municipais e/ou por instituições públicas sobre Areia (produção intelectual de pessoas que moram em Areia).

Concurso de ideias: evento que busca prestigiar Areia por meio de fotos,

desenhos, montagem e etc. Pensar temáticas como: Areia: cidade real/imaginada.

Oficinas Itinerantes: visitas de campo guiadas pela população, em que a equipe técnica se coloca mais espectadores do que condutores.

** A metodologia dos instrumentos de participação específicos serão detalhados (no caso daqueles que forem utilizados) no relatório da próxima etapa.*

Sujeitos e Agentes da Participação

Os sujeitos e agentes são os atores principais do processo participativo, responsáveis por contribuir na construção coletiva do Plano Diretor. Integram este grupo:

1. População em geral;
2. Organizações comunitárias (associações de moradores, grupos religiosos, de idosos, de esporte, entre outros);
Movimentos populares (de moradia, de mulheres, ambientalistas, LGBTQIAPN+, direitos humanos, pessoas com deficiência, patrimônio, entre outros);
3. Organizações de classe (sindicatos, associações empresariais, trabalhadores e trabalhadoras);
4. Instituições de ensino técnico e superior;
5. Organizações profissionais (urbanistas, arquitetos, engenheiros, advogados, assistentes sociais, entre outros);
6. Órgãos e instituições públicas (municipal, estadual e federal);
7. Agentes políticos (vereadores, deputados, conselheiros e outros representantes públicos);
8. Funcionários públicos (das áreas de planejamento,

infraestrutura, meio ambiente, transportes, saúde, assistência social, cultura e outras);

9. Demais sujeitos identificados ao longo do processo.

O registro da participação será realizado por meio de listas de presença, registros fotográficos, filmagens, prints (em caso de eventos online), postagens nas redes sociais e demais meios de comunicação, de forma a garantir a rastreabilidade, a transparência e a legitimidade do processo.

Divulgação, transparência e engajamento social

Como exemplo das ações de comunicação e mobilização do processo de revisão do Plano Diretor de Areia, será adotado um conjunto articulado de estratégias que combinam ações presenciais, digitais e comunitárias, garantindo amplo acesso às informações e às oportunidades de participação. Essas ações estão organizadas em três grandes frentes:

Canais Digitais e Institucionais

1. Site oficial do Plano Diretor, com todas as informações, documentos, cronogramas e registros do processo.
2. Redes sociais da Prefeitura, do LabRua, de lideranças comunitárias e de agentes locais (Instagram, Facebook, WhatsApp, blogs e site institucional).
3. Banco de contatos da gestão pública (e-mails e telefones) para envio de comunicados, convites e materiais informativos.
4. Comunidade de comunicação no Whatsapp em diferentes frentes com a gestão municipal e sociedade civil.
5. Divulgação constante nas mídias locais e digitais, incluindo blogs, plataformas comunitárias e grupos de WhatsApp.

Divulgação Comunitária e Impressa

1. Produção e distribuição de materiais gráficos, como cartazes, faixas, banners e panfletos, fixados e/ou distribuídos em ruas, praças, distritos, sítios e espaços de circulação pública.
2. Divulgação em espaços institucionais e comunitários, como órgãos públicos, escolas, unidades de saúde, associações, sindicatos, conselhos e partidos.
3. Carro de som, para circular informações de forma acessível nas zonas urbana e rural.
4. Releases para rádios locais e comunitárias.

Ações Facilitadoras da Participação

1. Consulta prévia à população, por meio do Núcleo Gestor, sobre os melhores dias, horários e locais para realização das atividades, visando maximizar a participação.
2. Garantia de transporte e mobilidade para moradores dos distritos e da zona rural, possibilitando sua presença em oficinas, audiências e eventos.

Controle Social e Gestão Participativa

O controle social é um princípio estruturante da gestão urbana democrática. Isso implica na participação ativa da sociedade na definição das diretrizes de desenvolvimento do município. Através de audiências públicas, oficinas, consultas, conselhos e canais permanentes de diálogo, os cidadãos exercem seu direito de contribuir, fiscalizar e acompanhar a implementação do Plano Diretor.

Garantir uma gestão participativa exige ações que vão desde a ampla divulgação do processo, a disponibilização de informações claras, até a criação de canais permanentes de escuta e contribuição, como ouvidorias, caixas de sugestão, consultas online e redes sociais.

Metodologia dos Instrumentos de Participação Geral

Audiências Públicas

Deverá ser realizada uma Audiência Pública, com devidos registros, ao final de cada etapa, como forma de validar as atividades e produtos desenvolvidos.

A audiência será iniciada com uma apresentação introdutória sobre o Plano Diretor. Durante a exposição, a Equipe explica de forma sucinta o processo de Planejamento Territorial Integrado de Areia e apresenta a Equipe Técnica do LabRua, reforçando seu caráter multidisciplinar. Apresenta o Plano Diretor enquanto instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão territorial do município, em sua área urbana e rural, e enfatiza a importância da participação popular na construção e revisão do instrumento urbano.

Reforça ainda a importância do Plano Diretor para o município, as temáticas, diretrizes e políticas públicas englobadas por ele. Explica como funciona e o alcance da legislação pelos próximos 10 (dez) anos, reiterando que transcende a gestão pública atual e é pensado para a cidade e todos os seus cidadãos.

Em seguida, são apresentados rapidamente todos os Blocos Temáticos que serão contemplados pelo Plano Diretor Participativo de Areia, explicando de que forma acontecerá o processo de revisão do mesmo, explanando a duração do processo (1 ano e 2 meses), bem como todas as 5 (cinco) Etapas previstas. A Equipe informa que, ao final de cada Etapa, será realizada uma audiência pública para que haja validação por parte do povo. Informa também que, ao final do processo, a Minuta de Lei será aprovada na Câmara Municipal.

São apresentadas as formas de participação popular, a exemplo de consultas públicas, oficinas comunitárias, audiências públicas e o Núcleo Gestor. Nesse

momento, explica-se que o Núcleo Gestor foi composto a partir de Edital de Chamamento Público publicado em Semanário Oficial e de convites enviados a diversos segmentos e entidades sociais.

Em seguida, a Equipe apresenta o site oficial do Plano Diretor Participativo de Areia (www.pdareia.com.br) para que todos tenham ciência e possam consultar e divulgar o canal de comunicação. Também é enfatizada a transparência do processo, divulgando o grupo informativo de WhatsApp, no qual qualquer pessoa interessada pode ingressar a partir de QR Code disponível no site. Apresentam-se também outros canais de comunicação, como redes sociais, carros de som e programas de rádio.

Por fim, a Equipe Técnica abre espaço para os presentes se manifestarem e, após elucidação de dúvidas e oitiva das sugestões pensadas para processo, a Equipe agradece a presença de todas as pessoas e a audiência pública é finalizada.

Núcleo Gestor

O Núcleo Gestor para revisão do Plano Diretor Participativo de Areia/PB é um órgão consultivo, participativo e deliberativo, de natureza temporária, composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil. O Núcleo Gestor observará o disposto pela Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade e pela Lei Federal nº 13.089/15 - Estatuto da Metrópole.

Os integrantes convocados para compor o Núcleo Gestor serão selecionados a partir de Edital de Chamamento Público, a ser divulgado previamente no Semanário Oficial do Município. Todas as atividades que envolvem a participação do Núcleo Gestor serão públicas e abertas à população de forma geral, sendo restrigido apenas o direito de voto aos seus integrantes.

A metodologia de cada encontro será definida em comum acordo entre os integrantes do Núcleo Gestor. A coordenação, com o apoio da equipe técnica do Laboratório de Rua, será responsável pela promoção dos encontros ordinários e extraordinários, bem como pela condução metodológica das atividades. Em anexo, encontra-se o Regimento Interno do Núcleo Gestor de Areia, que apresenta informações detalhadas sobre o funcionamento e a organização dessa instância de participação.

Relatos das atividades realizadas na 1ª etapa

Etapa Prévia

A etapa prévia consistiu na organização inicial do processo de trabalho, fundamental para garantir o bom andamento das atividades subsequentes. Nesse momento, foi realizado o alinhamento institucional entre a equipe técnica do LabRua e a gestão municipal, com o objetivo de definir responsabilidades, esclarecer os objetivos do projeto e estabelecer os canais de comunicação entre as partes envolvidas.

Imagen 06. Reunião entre equipe técnica e gestão municipal - Etapa Prévia.



Fonte: LabRua (2025).

O processo de planejamento territorial do município de Areia se estruturou a partir de uma série de reuniões entre a equipe técnica do LabRua e a gestão municipal. Essas reuniões tiveram como objetivo alinhar institucionalmente as

frentes de trabalho e apresentar os produtos contratados. Nesses encontros foram discutidos e acordados o cronograma geral das atividades, os prazos de entrega dos produtos, a logística das ações em campo e os recursos necessários para a execução das atividades.

Imagen 07. Equipe técnica e Gestão Municipal - Etapa Prévias.



Fonte: LabRua (2025).

Durante esses encontros iniciais, foram discutidas a divisão das etapas de execução entre os dois primeiros anos de trabalho, a definição das áreas urbanas a serem contempladas pelo aerolevantamento com drones, a estrutura organizacional do projeto e a definição de interlocutores da Prefeitura para cada eixo temático.

Reuniões técnicas de alinhamento

Durante as reuniões técnicas de alinhamento, os esforços se voltaram à estruturação metodológica e à construção do cronograma detalhado para os projetos de planejamento territorial, especificamente o Plano Diretor. A equipe técnica realizou reuniões internas para alinhar as diretrizes de atuação, distribuir responsabilidades e propor uma organização temporal adaptada às realidades operacionais e aos recursos disponíveis. A elaboração desse cronograma buscou garantir a viabilidade técnica das entregas previstas, contemplando etapas de diagnóstico, participação social, elaboração de propostas e validação final. Cada eixo temático ficou sob responsabilidade de diferentes membros da equipe, que assumiram a tarefa de complementar e ajustar os cronogramas específicos.

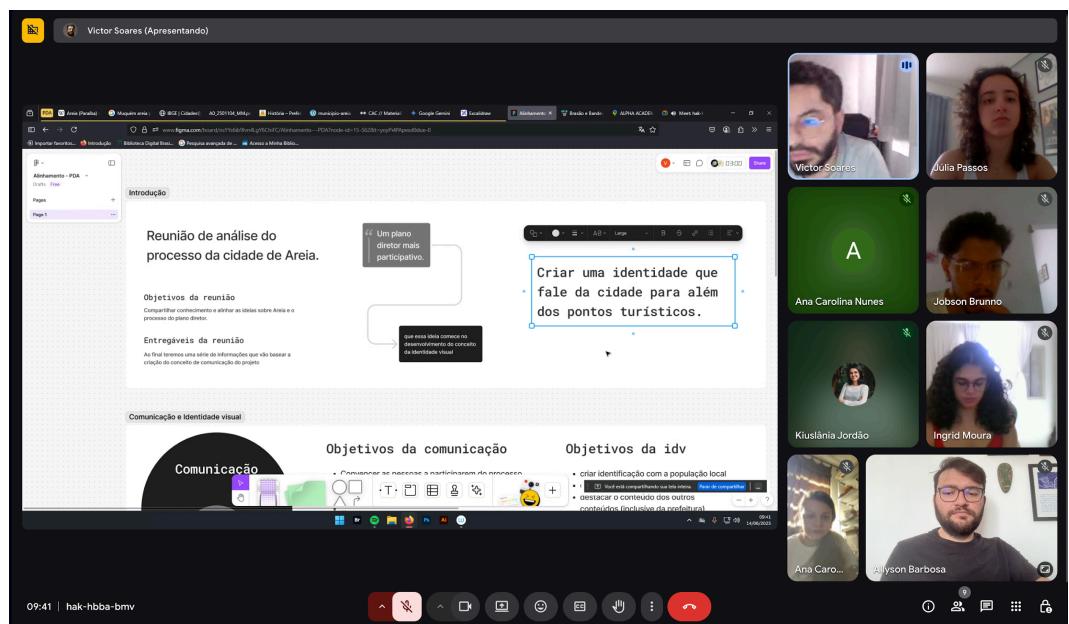
Imagen 08. Reunião sobre cronograma de atividades.

The screenshot shows a video conference interface with two participants. On the right, there is a video feed of a man with glasses and a beard, identified as Victor Soares. On the left, there is a video feed of a woman with glasses, identified as Allyson Barbosa. Between them, a large portion of the screen displays a Microsoft Excel spreadsheet titled "Cronograma Equipe Técnica LabRúa - PD Areia". The spreadsheet is organized into columns for "Tarefa" (Task), "Início" (Start Date), "Término" (End Date), "Responsáveis" (Responsible), and "Status". The tasks are categorized by location (São João, Corpus Christi) and include various stages of the planning process such as "Mobilização e Metodologia", "Design LabRúa", "Apresentação da Proposta", and "Desenvolvimento da Plataforma Virtual". The status column indicates tasks as "Em andamento" (In progress). The bottom of the spreadsheet shows tabs for "Plano Diretor", "CTM", "Código de Posturas", "Código de Obras", "LPUOS", and "Plano de Mobilidade". The overall context is a technical meeting to align the project's timeline and responsibilities.

Fonte: LabRúa (2025).

Paralelamente ao planejamento técnico, foram iniciadas as ações de comunicação e construção da identidade visual do processo. Reuniões específicas discutiram estratégias para mobilizar e sensibilizar a população, incluindo a criação de um site institucional, ações de urbanismo tático, utilização de mídias locais e redes sociais, além do desenvolvimento de uma identidade gráfica que representasse a cidade para além do seu patrimônio histórico e turístico. Foi destacada a importância de valorizar narrativas contra-hegemônicas do município, representando o cotidiano, as celebrações populares e os grupos sociais tradicionalmente excluídos.

Imagen 09. Reunião de pré-concepção da identidade visual.



Fonte: LabRua (2025).

Foram realizadas reuniões para discutir formas de ampliar a escuta e a participação da população no processo do planejamento territorial. Deste espaço surgiram diversas ideias de espaços de escuta, atividades, oficinas e outras possibilidades de mobilização e sensibilização.

Imagen 10. Reunião sobre estratégias de comunicação.

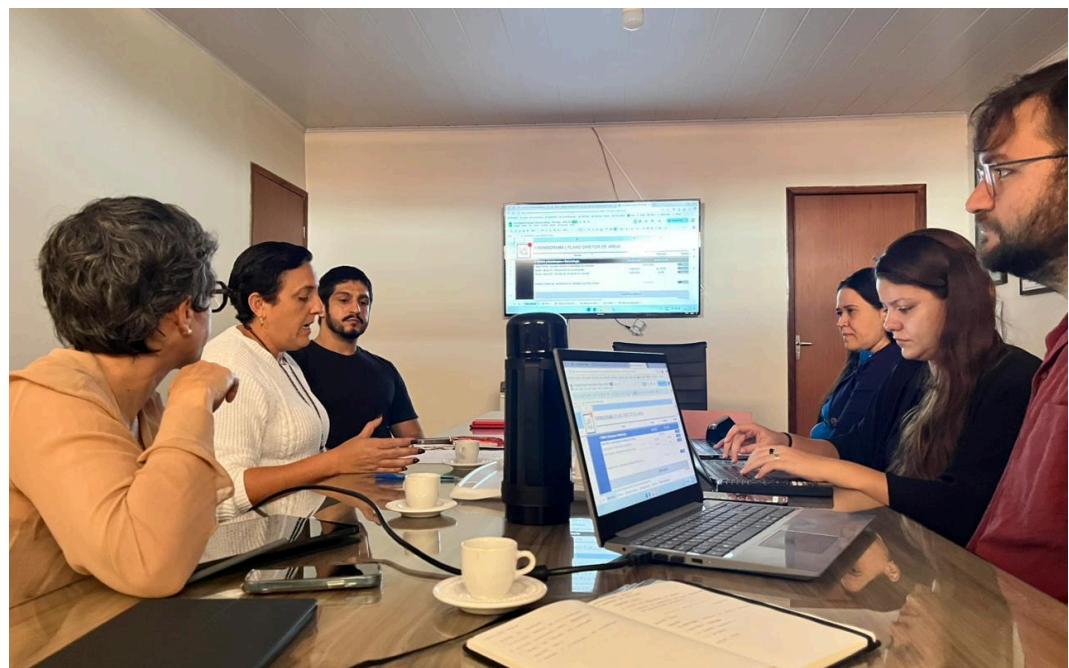


Fonte: LabRua (2025).

Ao final deste período, uma reunião com a gestão municipal consolidou o alinhamento institucional e operacional do projeto. Foram apresentadas as ações em curso, pactuadas as estratégias de comunicação e definidas as representações que irão compor o Núcleo Gestor. A composição desse grupo busca garantir a participação equilibrada entre poder público e sociedade civil, com critérios de seleção que valorizam a diversidade, a atuação local e a representatividade.

Também foi elaborada uma proposta de edital de chamamento público para formalizar a inscrição de interessados em compor o Núcleo, estabelecendo critérios objetivos e mecanismos de participação para os que não forem selecionados.

Imagen 11. Reunião de alinhamento com gestão municipal.



Fonte: LabRua (2025).

Foram igualmente definidas as primeiras datas de mobilização pública, como a realização do Conversas de Rua, a divulgação oficial da primeira audiência pública e o início das reuniões com o Núcleo Gestor. Também foram pactuadas ações para garantir a visibilidade institucional do processo, como o desenvolvimento de peças gráficas, vídeos institucionais, envio de ofícios e utilização de canais digitais e comunitários, como rádios e grupos de WhatsApp locais.

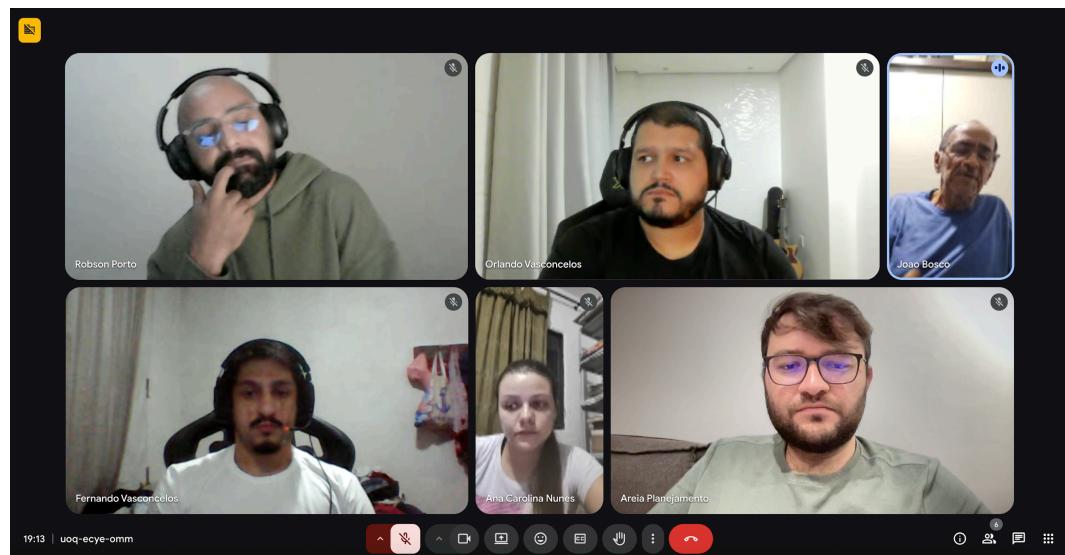
Imagen 12. Equipe técnica e gestão municipal - reunião de alinhamento.



Fonte: LabRua (2025).

Além disso, foram realizadas reuniões com algumas secretarias municipais, como mostra a imagem acima, a saber da Secretaria de Assistência Social, da Secretaria de Infraestrutura e da Secretaria de Finanças, com o objetivo de discutir o acesso aos dados municipais, as estratégias de trabalho definidas para a construção dos projetos relacionados ao planejamento territorial do município, bem como esclarecer pontos previamente identificados pela equipe técnica a partir da análise inicial dos dados já disponibilizados. Em reunião específica com o setor de tributos foi possível acessar as bases cartográficas existentes, as quais subsidiarão a leitura técnica da cidade.

Imagen 13. Equipe técnica e Setor de Tributos do município - reunião de alinhamento.



Fonte: LabRua (2025).

O conjunto dessas atividades marca um início bem estruturado do processo de planejamento territorial do município de Areia. A articulação entre gestão pública, equipe técnica e sociedade civil tem sido cuidadosamente construída para garantir a qualidade técnica, a transparência institucional e a efetiva participação popular em todas as etapas do trabalho.

Conversas de Rua

1º momento: Definição da metodologia

O primeiro passo foi definir a metodologia que iríamos utilizar nesta atividade. A equipe técnica responsável pelo processo tinha como objetivo: introduzir a população do município sobre o que é o Plano Diretor Participativo; disseminar a informação de que o processo de revisão do Plano estava tendo início; e obter da população informações sobre o município e suas relações com a cidade.

A partir da definição dos objetivos, tomou como base outras metodologias já utilizadas pela equipe técnica do LabRua, foi definido que a atividade se desenvolveria como conversas nas ruas da cidade. De forma natural e descontraída, em meio ao cotidiano das pessoas, utilizando a rua como palco dessas ações e o auxílio de algumas mesas, lanches e café, para atrair os pedestres e vencer a barreira entre a equipe técnica e a população.

2º momento: Atividade

A atividade ocorreu na manhã da sexta-feira, 27 de junho de 2025, na Praça Central de Areia. Inicialmente foi montado a estrutura contendo: caixa de som; mesas e cadeiras; e alguns lanches com café. No centro da praça, colocamos duas mesas, nas quais estavam dispostos os lanches e alguns panfletos desenvolvidos pela equipe técnica, com as caixas de som por trás. Foram distribuídas algumas cadeiras ao redor e utilizou-se também dos mobiliários urbanos da própria praça.

Após a montagem da estrutura, alguns técnicos se colocaram junto à mesa para conversar com os pedestres que naturalmente se aproximavam para entender o que acontecia, tomar um café ou apenas para perguntar. Outros técnicos se espalharam pelas imediações da praça para atrair e conversar com outros pedestres que se sentem acanhados em se aproximar.

Imagen 14. Conversas de rua - conversas com a população.



Fonte: LabRua (2025).

Imagen 15. Conversas de rua - conversas com a população.



Fonte: LabRua (2025).

A atividade durou cerca de 3 horas, a equipe técnica conversou com diferentes pessoas, desde crianças a pessoas mais idosas, homens e mulheres, obtendo resultados satisfatórios quanto ao que se propôs inicialmente. A atividade se mostrou como um espaço dinâmico de aproximação com a população para apresentar o Plano Diretor e escutar as percepções dos moradores sobre o território e para disseminar a informação de que o processo de revisão do Plano estava tendo início.

Imagen 16. Conversas de rua - conversas com a população.



Fonte: LabRua (2025).

Esses são pontos importantes para que obtenha-se uma participação popular mais ativa no processo de revisão do Plano Diretor do município, em uma cidade pequena é muito comum que a população não tenha conhecimento dos instrumentos do estatuto da cidade e dos processos que envolvem a elaboração e revisão destes importantes instrumentos.

Capacitação do Núcleo Gestor

1º momento: Apresentação e Introdução ao Plano Diretor

O primeiro momento da capacitação do Núcleo Gestor foi dedicado à apresentação da equipe técnica responsável pela condução do processo de revisão do Plano Diretor Participativo do município de Areia. Foram apresentados os profissionais da Equipe Técnica do Laboratório de Rua - LabRua, bem como suas atribuições dentro do processo, reforçando o caráter multidisciplinar da equipe e o compromisso com a escuta e a participação social.

Imagen 17. Apresentação do Plano Diretor para o Núcleo Gestor.



Fonte: Prefeitura Municipal de Areia (2025).

Na sequência, foi realizada uma introdução ao conceito de Plano Diretor, com apoio de slides previamente preparados. No momento, foi abordada sua função como instrumento básico da política urbana, previsto no Estatuto da

Cidade, e suas finalidades principais, como o ordenamento do território municipal, a promoção da função social da cidade e da propriedade, e a garantia do direito à cidade para todos os cidadãos.

Também foram apresentadas as cinco etapas que compõem o processo de revisão do Plano Diretor, desde a fase preparatória até a aprovação do projeto de lei final. A equipe destacou a importância da participação popular em todas essas fases, como elemento fundamental para garantir que o plano reflita as reais demandas e potencialidades do município.

Foram descritos, de forma breve, os canais de participação previstos ao longo do processo: consultas públicas, audiências públicas, oficinas participativas, ações urbanas e a própria atuação do Núcleo Gestor. Cada uma dessas estratégias foi apresentada como forma de garantir transparência, envolvimento da população e construção coletiva das propostas do plano.

O encerramento do primeiro momento da capacitação foi marcado pela definição do que é o Núcleo Gestor e pela reflexão sobre sua importância como instância representativa e de acompanhamento contínuo do processo. Foi enfatizado que o Núcleo atuará como elo entre a população e a equipe técnica, contribuindo com informações, propostas e validações ao longo das etapas, fortalecendo a legitimidade e a qualidade do Plano Diretor.

2º momento: Apresentação e Dinâmica de Integração

Após a etapa introdutória, o segundo momento da capacitação foi conduzido com foco no reconhecimento dos integrantes do Núcleo Gestor e na construção de vínculos entre os participantes. Para isso, foi realizada uma dinâmica de grupo com o uso de um novelo de lã, com o objetivo de promover a

integração dos participantes e refletir sobre o funcionamento coletivo do Núcleo Gestor. A dinâmica do novelo foi conduzida da seguinte forma:

1. **Formação do círculo:** Os participantes se posicionaram em pé, formando um círculo, de forma a facilitar o contato visual e o diálogo entre todos.
2. **Apresentação inicial:** Um integrante da equipe técnica deu início à atividade segurando a ponta do novelo, se apresentando com nome, entidade (o LabRua) e algum aspecto no qual ele pudesse contribuir para o desenvolvimento da revisão do Plano Diretor.
3. **Passagem do novelo:** Após sua apresentação, o técnico lançou o novelo para outro participante que seguiu o mesmo processo de apresentação.
4. **Construção da teia:** O processo se repetiu até que todos os membros do grupo tivessem se apresentado. Ao final, se formou uma teia de fios, visualizando as conexões entre os participantes.
5. **Reflexão coletiva:** Após a construção da teia, foi conduzida uma reflexão sobre o significado simbólico da dinâmica. Foram abordados temas como a interdependência entre os membros do grupo, a força do trabalho coletivo, a escuta mútua, a diversidade de visões e campos do conhecimento envolvidos no processo e a importância da atuação integrada no contexto do Plano Diretor.

Imagen 18. Dinâmica realizada na capacitação do Núcleo Gestor



Fonte: LabRua (2025).

Esse momento foi finalizado com uma conversa sobre o conceito de participação ativa, destacando que o envolvimento no Núcleo Gestor vai além da presença formal nas reuniões. A participação ativa implica em contribuir com ideias, dialogar com a comunidade representada, acompanhar as etapas do processo e colaborar para a construção de propostas que reflitam os interesses coletivos do município.

A equipe técnica reforçou o papel central do Núcleo Gestor como instância de mediação entre o poder público, a equipe técnica e a população. Sua atuação contribui para assegurar a legitimidade social do Plano Diretor, ampliando a escuta das demandas locais e fortalecendo o compromisso com a gestão democrática da cidade.

3º momento: Finalização e Encaminhamentos

O terceiro e último momento da capacitação foi dedicado à consolidação dos conteúdos trabalhados, bem como à realização de encaminhamentos práticos relacionados ao funcionamento do Núcleo Gestor e às próximas etapas do processo participativo.

Inicialmente, foi aberta uma discussão sobre as estratégias de mobilização social para o Plano Diretor. A equipe técnica, em conjunto com representantes da gestão municipal, apresentaram as ações de mobilização já articuladas até o momento, incluindo campanhas informativas, carros de som, convites direcionados, atividades presenciais e digitais, e articulações institucionais com lideranças locais e entidades. Após essa apresentação, os integrantes do Núcleo Gestor foram convidados a contribuir com sugestões adicionais, tanto para estratégias gerais de mobilização quanto para iniciativas específicas que possam ser desenvolvidas pelo próprio Núcleo, considerando os contextos e redes locais às quais estão vinculados.

Em seguida, foi realizada uma apresentação preliminar do site oficial do processo de revisão do Plano Diretor Participativo, com destaque para os canais de informação e participação disponíveis, como formulários, cronogramas, materiais técnicos e espaço para envio de contribuições da população.

Outro ponto importante foi a leitura e validação do Regimento Interno do Núcleo Gestor. O documento foi compartilhado com todos os presentes e lido em plenária, com espaço para esclarecimentos, sugestões e possíveis ajustes antes da sua aprovação coletiva. O Regimento define as atribuições dos

membros, a frequência e funcionamento das reuniões, as formas de deliberação e os princípios que orientam a atuação do grupo.

Imagens 19. Leitura e aprovação do regimento interno.



Fonte: Prefeitura Municipal de Areia (2025).

Na sequência, foi reservado um momento para a votação da presidência e da vice-presidência do Núcleo Gestor. Os cargos foram eleitos entre os próprios integrantes, com a mediação da equipe técnica e de acordo com o que está previsto no Regimento Interno validado.

Imagens 20. Votação da presidência e vice-previdência do NG.



Fonte: Prefeitura Municipal de Areia (2025).

Por fim, foi reforçada a data, o horário e o local da 1ª Audiência Pública (30 de julho), convidando todos os participantes a contribuírem na mobilização da comunidade para esse momento central do processo participativo. A audiência será apresentada como um espaço amplo de escuta e diálogo com a população, marcando o início das atividades públicas do Plano Diretor de forma aberta e democrática.

1ª Audiência Pública

A primeira Audiência Pública, que marcou o fim da primeira etapa de desenvolvimento do novo Plano Diretor de Areia, foi realizada no dia 30 de julho de 2025, na Câmara Municipal de Areia. Os profissionais do LabRua iniciaram a audiência apresentando a equipe técnica e introduzindo a definição do que é um Plano Diretor, a sua abrangência e os principais blocos temáticos

abordados. Além disso, também foram apresentadas as cinco etapas de elaboração do Plano Diretor e as diversas modalidades de participação popular, ressaltando-se que a participação da população é essencial para o desenvolvimento do processo.

Imagen 21. Primeira Audiência Pública do Plano Diretor de Areia



Fonte: Prefeitura Municipal de Areia (2025).

Dando prosseguimento à apresentação, a equipe técnica explicou o papel do Núcleo Gestor no processo de revisão do Plano Diretor e apresentou as pessoas que o compõem. Após esse momento, abriu-se a fala para os participantes, que questionaram a possibilidade de ampliar o número de vagas da sociedade civil na composição do Núcleo Gestor. Após um momento de discussão e deliberação, sugeriu-se acrescentar três vagas para titulares e três para suplentes de representantes de segmentos da sociedade civil, os quais foram sugeridos pelos próprios participantes da Audiência, tal decisão

foi acatada por unanimidade em votação com os presentes e foi ajustada no regimento interno do Núcleo Gestor.

Imagen 22. Votação da aprovação da primeira etapa da Revisão do Plano Diretor.



Fonte: Prefeitura Municipal de Areia (2025).

Por fim, o site do Plano Diretor foi apresentado e enfatizou-se novamente a importância da população acessá-lo, além de participar das várias instâncias participativas, como o grupo de avisos do Plano Diretor no WhatsApp, as oficinas, audiências públicas, entre outros. A Audiência foi finalizada com a votação de aprovação da metodologia e da etapa, sendo aprovada por unanimidade.

Identidade e site

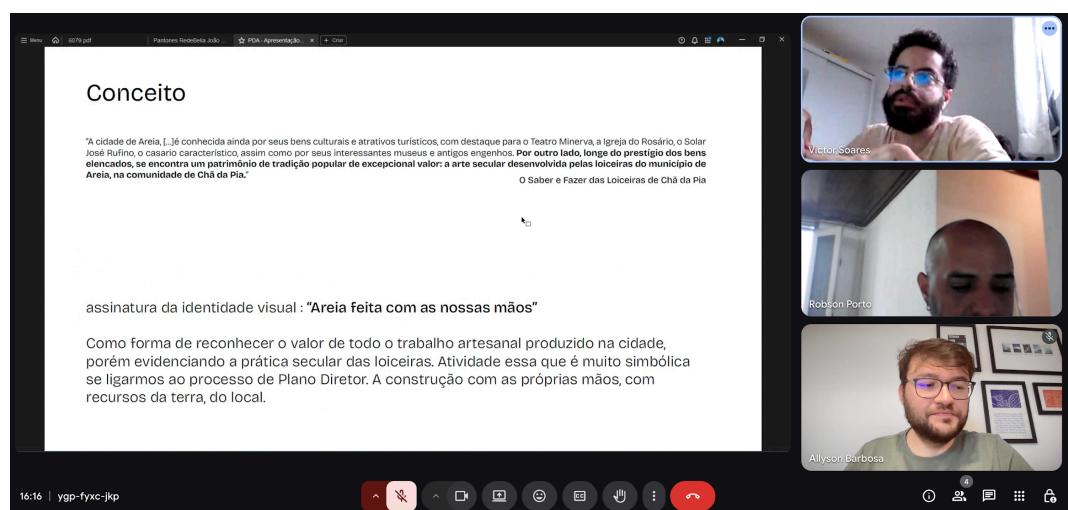
1º momento: Concepção do conceito

Para iniciar o processo de concepção do conceito da identidade visual, realizou-se uma reunião entre a equipe técnica a fim de pensar outras perspectivas da cidade de Areia para além do seu aspecto turístico. A partir dessa reunião se deu a identificação do patrimônio imaterial das loiceiras e seu trabalho manual com cerâmica, o que serviu de base para a idealização da proposta, ao unir o patrimônio imaterial do município com o patrimônio material de seus casarões históricos.

2º momento: Apresentação da proposta

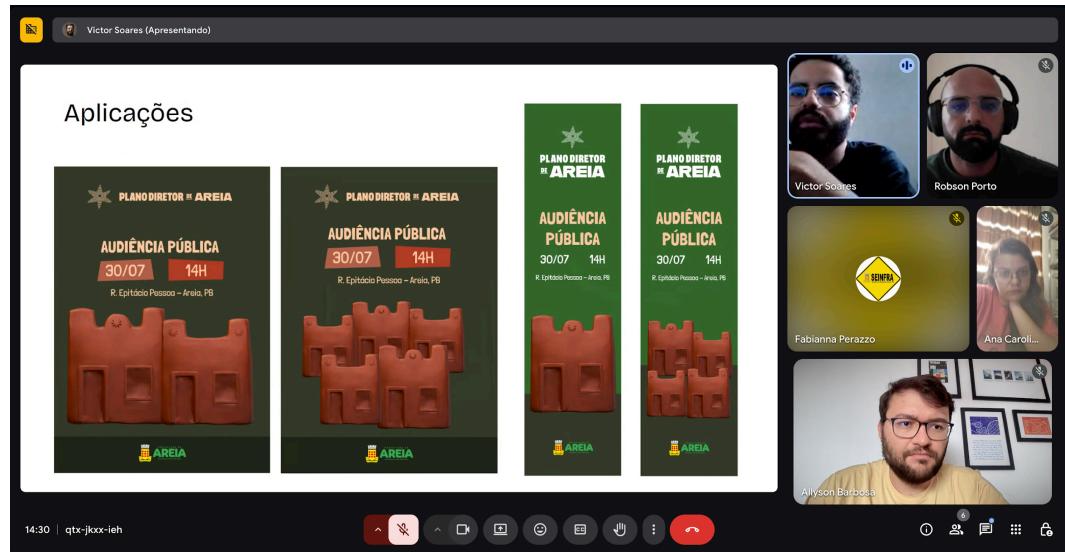
Após a elaboração de uma primeira proposta, a identidade visual foi apresentada à equipe técnica, visando uma validação inicial, para então ser apresentada à gestão municipal em reunião virtual, no dia 14 de julho.

Imagen 23. Reunião de apresentação da identidade visual para equipe técnica.



Fonte: LabRua (2025).

Imagen 24. Reunião sobre proposta inicial da identidade visual com gestão municipal.



Fonte: LabRua (2025).

Dessa forma, a partir das considerações recebidas durante as reuniões foi possível dar continuidade à elaboração da identidade visual, fazendo as adaptações e modificações necessárias.

3º momento: Desenvolvimento da plataforma virtual

Para o desenvolvimento da plataforma virtual oficial do Plano Diretor de Areia, foi necessário estruturar o conteúdo a ser apresentado e definir quais seriam as abas do site. Portanto, a plataforma apresenta, além da página inicial, uma página sobre o Plano Diretor, com uma descrição sobre o que é essa lei, as etapas de desenvolvimento do processo de revisão e a metodologia empregada, uma apresentação da equipe e perguntas frequentes. Além disso, também possui uma aba para disponibilizar leis, documentos, relatórios e mapas já existentes ou que ainda serão elaborados; outra aba com o cronograma de atividades e outra com a divulgação de fotos do processo. Ademais, também estão incluídas informações para contato e um botão



específico para permitir a participação da população, direcionando o cidadão para um formulário.